



# Ambiente escolar: o currículo oculto maltratado

## School atmosphere: the mistreated hidden curriculum

Carlos Alberto Pereira Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

### Resumo

Este trabalho reflete sobre o ambiente escolar, uma das dimensões que compõe o currículo oculto, através de um estudo de caso realizado na "Escola Municipal de 1º Grau da Urbis VI", localizada no município de Vitória da Conquista no estado da Bahia. A pesquisa realizada no ano 2001, período caracterizado pelo significativo crescimento das matrículas no ensino fundamental devido à implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério — FUNDEF, buscou identificar os fatores inibidores da gestação de um saudável ambiente escolar que estão traduzidos na compressão dos espaços, na carência de recursos pedagógicos e no rígido controle do tempo.

Palavras-chave: Educação. Ambiente escolar. Currículo oculto. Escola Municipal da Urbis VI

### Abstract

This paper reflects in school atmosphere, one among several dimensions that compose the hidden curriculum, through a study case conducted at a Elementary Municipal School in Urbis VI, located in the city of Vitória da Conquista, in the state of Bahia. The research was carried on the year 2000, a period distinguished by a significant growth of registrations in the elementary teaching due to the implementation of the Fund for the Maintenance and Development of Elementary Education and Teacher Valorization — FUNDEF. The paper tries to identify the inhibiting factors of the gestation of a pleasant school atmosphere that could be seen in the compression of spaces, in the lack of pedagogic resources and in the rigid control of time.

Keywords: Education. School atmosphere. Hidden curriculum. Municipal School in Urbis VI.



Para além dos currículos oficiais, o ambiente escolar circunstancia processos e condições que denotam um “currículo oculto”, fonte de inúmeras aprendizagens para o aluno. Como destaca Gimeno Sacristán, ao definir o “currículo oculto” como sendo tudo aquilo que contribui para a aquisição de saberes, competências, valores, sentimentos, sem constar nos programas previamente elaborados:

A acepção do currículo como conjunto de experiências planejadas é insuficiente, pois os efeitos produzidos nos alunos por um tratamento pedagógico ou currículo planejado e suas consequências são tão reais e efetivos quando podem ser os efeitos provenientes das experiências vividas na realidade da escola sem tê-las planejado, às vezes nem sequer ser conscientes de sua existência. É o que se conhece como currículo oculto. (SACRISTÁN, 1998, p. 43).

Em consonância com essa idéia, este relato de pesquisa contextualiza uma abordagem acerca da dimensão ambiental da Escola Municipal de 1º Grau da Urbis VI refletindo sobre a arquitetura, os artefatos pedagógicos, a relação tempo, trabalho e sociabilidade e sobre a perspectiva de construção de um saudável ambiente escolar, que se apresenta como uma utopia possível. Para cumprir os objetivos propostos na pesquisa, além da observação do ambiente escolar, realizada durante o primeiro semestre letivo do ano 2001, foram feitas entrevistas com a arquiteta da Empresa Municipal de Urbanização, com professores e professoras das diversas áreas do conhecimento, com alunas e alunos dos turnos matutino, vespertino e noturno e com o diretor da referida escola.

193

## **Arquitetura escolar e artefatos pedagógicos: compressões e carências**

Conforme afirmação proferida por Laurentino Heras Montoya (1997, p. 15), na sua busca de compreensão do espaço escolar, *“la arquitectura es soporte de los deseos simbólicos, funcionales, técnicos y políticos que caracteriza la cultura de una época”*. Para Montoya, portanto, na arquitetura do edifício escolar, as condições da iluminação, os efeitos de ruídos, a ventilação, o isolamento contra o frio e o calor, a estética, a distribuição do



mobiliário e a existências de equipamentos podem influenciar de forma positiva ou negativa no processo de ensino-aprendizagem.

Assumindo o entendimento de que “o espaço educa”, como explicitam Augustín Escolano e Antonio Viñao Frago (1998, p. 77), na pesquisa realizada na Escola Municipal de 1º Grau da Urbis VI, logo no primeiro momento constatei que o projeto arquitetônico da referida escola é um projeto padrão, elaborado pela Empresa Municipal de Urbanização de Vitória da Conquista (EMURC), nos anos de 1989 a 1990. Por ser um projeto padrão, ao ser estabelecida uma comparação entre o projeto figurado na planta e a construção realmente existente, são evidenciadas algumas diferenças. Além das formas arquitetônicas diferenciadas, há contraste entre o tamanho dos espaços existentes no projeto e a área efetivamente construída.

As salas de aula medem 6,70m x 8,40m e possuem muitas carências no que se refere à iluminação, estética, mobiliário e condições térmicas. A média de alunos é de 41,3 alunos por sala de aula. No entanto, em razão das particularidades de cada série, existem turmas com 44 alunos. Nesta circunstância, dificilmente o professor pode dar uma atenção individualizada ao aluno. Ainda mais quando a excessiva quantidade de alunos termina dificultando o trânsito do professor na sala e inviabilizando atividades que requerem a formação de equipes no interior da classe. Refletindo sobre as dificuldades encontradas no ambiente da sala de aula, as professoras de Inglês, Geografia e História assim se expressam:

Elas são pequenas. Eu considero pequenas pra o número de alunos. Hoje em dia aceita-se quarenta e cinco alunos numa sala, o que é muito difícil pra você trabalhar e também pra formar grupos, fazer um trabalho diferente. O ideal seria que, pelo tamanho das salas que nós temos hoje, tivéssemos no máximo trinta alunos e nós temos quarenta e três, quarenta e cinco alunos por sala. (L.A.P., 2001).

[...]

Eu acho que numa sala com quarenta alunos o professor sai e não sabe nem o número de todos. (V.F.M., 2001).

[...]

Tem salas que você tem que entrar no início do horário e você não pode circular entre as carteiras porque a quantidade de aluno é muito grande. Então, pra você fazer um acompanhamento



individual dificulta muito. Você não poder fazer o acompanhamento individual pra ver o desenvolvimento de cada aluno, tem que fazer isso no geral. (T.C.S.R., 2001).

Nas salas de aulas, a distribuição dos assentos freqüentemente ocorre sob a forma de fileiras, dada a impossibilidade de se implementar outro tipo de arrumação. Nesses assentos, pouco confortáveis, os alunos permanecem por muito tempo sentados, sendo obrigados a se curvarem a todo o momento para que possam escrever no caderno.

O Pátio é uma pequena área retangular que mede 6,10m x 29,60m. Entre o espaço do pátio e as salas de aula existe uma área de circulação que possui a largura de 1,85m. O espaço do pátio revela-se como um espaço pouco atrativo para os alunos. Nele, existem apenas dois bebedouros, de uso comum dos alunos, e dois murais afixados nas paredes para colocação de informes referente às atividades da escola. Nesse lugar não existe qualquer equipamento que possa ser utilizado pelos alunos nos raros momentos de tempo livre. Inexistem, inclusive, bancos para que os alunos possam sentar. O pátio revela-se como um local inadequado à prática de atividades lúdicas e desportivas em razão de ser uma área por demais pequena. Sobre a reduzida área do pátio, a professora de Educação Artística afirma:

O pátio, eu acho que é apertado para os alunos, principalmente pra os alunos do diurno, que a faixa etária é menor. Eles se concentram na hora do intervalo no pátio, então fica aquela aglomeração. Seria interessante que tivesse uma área externa pra eles utilizarem na hora do intervalo, para não ficarem ali se sentindo muito presos, próximos à sala de aula. (I.G.B, 2001).

Confirmando a percepção da professora, os alunos emitem suas opiniões acerca do pátio da escola:

Ele é por demais pequeno, pois no momento que você sai da sala você dá de cara com o pátio inteiro. (T.R.S, feminino, 8ª série matutino).

[...]

Ele é muito pequeno para tantos alunos. Nós, alunos, andamos durante o intervalo e saímos sempre no mesmo lugar, ficamos



dando voltas e sempre saímos no mesmo lugar. (A.S.S, masculino, 7ª série noturno).

[...]

No pátio deveria ter umas plantas para distrair mais a gente. (M.V.S, feminino, 7ª série noturno).

Os dois sanitários dos alunos têm dimensões razoavelmente grandes, pois medem 3,30m x 6,70m cada. No entanto, eles não oferecem condições higiênicas satisfatórias, dada a inexistência de sabonetes, toalhas, papel higiênico e espelhos. Além disso, parte da área dos sanitários, tanto do feminino quanto do masculino, é utilizada como depósito de materiais diversos.

A sala de professores tem uma boa dimensão para o tamanho da escola. São 3,35m x 6,70m. Porém, além de possuir a mesa e as cadeiras necessárias ao descanso do professor nos momentos de intervalo, esse espaço é ainda ocupado por cinco armários e um balcão, que contribuem para sensível diminuição da área disponível à circulação. Refletindo sobre esse importante espaço, necessário ao trabalho do educador, a professora de História assim afirma:

A estrutura da sala de professores é inadequada. Assim como o restante da escola, as paredes não são totalmente de 'massa fina'; o telhado é de zinco, trazendo alta temperatura; há pouca ventilação e, sobretudo, o espaço é pequeno. Na sala de professores também são realizadas atividades típicas da secretaria e da direção. Tal realidade termina retirando a privacidade dos professores. (M.C.R.A, 2001).

Na sala de professores existe um único sanitário para uso de homens e mulheres. Diferentemente dos sanitários dos alunos, nele existe sabonete, papel higiênico e espelho. Mas, em contrapartida, seu espaço é muito pequeno, pois ele mede 1,65m x 1,70m. Além do sanitário, a secretaria e a sala do diretor possuem espaços bastante reduzidos. Já a cozinha possui um bom espaço e conta com os equipamentos necessários para a produção da alimentação escolar, como geladeira, freezer e fogão industrial.

No ambiente da Escola Municipal de 1º Grau da Urbis VI, professores, alunos e servidores convivem com diversos problemas, que são comuns a



todos. Em razão das salas de aula, sanitários, cozinha, sala de professores, secretaria, depósito e parte do pátio serem cobertos com telhado metálico, nos momentos em que a temperatura aumenta, o calor torna-se fator bastante incômodo, pois o telhado não é refratário. Muito insatisfeitas com o calor, resultante desse tipo de cobertura, as professoras de História e de Geografia fazem os seguintes comentários:

Existe um calor intenso em nossa sala de aula, em função de termos um telhado de zinco e além de tudo, baixo, muito baixo. Esquenta muito e termina gerando reclamações generalizadas, tanto por parte dos professores, quanto por parte de alunos. (T.C.S.R, 2001).

[...]

Quando a temperatura aumenta, a gente parece um biscoito assando no forno. (V.F.M, 2001).

Além de ocasionar um grande desconforto térmico nos ambientes, o telhado metálico interfere de forma muito negativa na acústica daquela escola. Tanto é assim que os professores expressam as dificuldades na continuidade das aulas nos momentos de chuvas. Como afirma a professora de História:

A telha de zinco, quando chove qualquer neblina, você pensa que está tendo uma tempestade, porque o barulho é tamanho, por mais que você peça silêncio. Junta o barulho da chuva no telhado com os meninos conversando, você não tem condições de dar aula. E aí, muitas vezes, quando a chuva é forte e grossa, somos obrigados a soltar os alunos mais cedo, porque não tem condições de dar aula; os alunos não escutam a gente e nem a gente escuta a intervenção do aluno. (T.C.R.S, 2001).

Os sentimentos dos professores e dos alunos, frente aos desconfortos gerados pela existência do telhado metálico, encontram correspondência no conhecimento técnico explicitado por profissionais da área de arquitetura. Como sintetiza a arquiteta da Empresa Municipal de Urbanização de Vitória da Conquista (EMURC), ao expor seu entendimento sobre o telhado metálico:



Ele não é térmico nem acústico. Normalmente, o telhado metálico é usado e muito bem usado quando a gente consegue casar a cobertura metálica sobre uma estrutura com revestimento acústico. Então, abaixo dessa cobertura ou dessa estrutura você usa um forro acústico, porque aí você consegue isolar o ruído do ambiente de trabalho. Fora disso, para salas de aula, como profissional da área, não aconselho o uso desse tipo de cobertura para ambientes escolares. (A.M.L, 2001).

Esteticamente, a escola configura-se como um ambiente pouco agradável. As paredes internas dos diversos ambientes, pintadas com as cores branca e camurça, o telhado metálico, janelas quebradas, fiações expostas e a falta de decoração nos diversos espaços faz dessa escola um lugar ainda carente do belo. No entanto, os alunos daquela escola, preocupados com a aquisição do conhecimento, projetado através dos currículos formais, concebem pouca importância à estética daquele espaço de aprendizagem. Satisfeitos com a estética da escola, eles afirmam:

A minha escola é bonita porque foi nela que eu aprendi o que sei. (M.S.L, masculino, 8º série noturno).

[...]

A escola não precisa ser bonita. O importante é aprender nela. (M.F.G.P, masculino, 7º série noturno).

[...]

Linda igual a esta, não existe. Apesar das cores serem um pouco sem vida, eu, particularmente, acho-a muito bonita, pois é aqui que eu estudo há seis anos. (R.S.S, feminino, 7º série matutino).

A iluminação também possui sérias limitações. Em todas as salas existem lâmpadas fluorescentes. Durante o dia os alunos não têm maiores aborrecimentos por causa da absorção da luz solar que se soma à luz elétrica para clarear o ambiente. No noturno, alunos e professores se queixam da iluminação das salas, por julgá-las não satisfatórias ao bom andamento das aulas. Como afirma um estudante "A iluminação não é muito boa, porque tem muitas lâmpadas danificadas. E isso dificulta o aprendizado nas salas de aula." (L.J.S, masculino, 8º série noturno).

No entanto, a maior insatisfação diz respeito à escuridão reinante na área externa da escola. Por não existir iluminação em frente à escola e na



praça na qual ela está situada, os alunos e alunas do turno noturno temem serem assaltados quando, após o término das aulas, deslocam-se para suas casas. Como diz a professora de Matemática:

A escola está centralizada numa praça. Numa praça não, num campo. E a parte externa da escola não tem iluminação nenhuma, nenhuma. Então, quando os alunos saem daqui da escola dez e meia, estão dirigindo pra casa, eles passam no meio da escuridão mesmo. Quando não está chovendo, menos mal, mas quando está chovendo atola os pés, pois não tem como você ver uma poça de lama. Eu acho que uma das coisas urgentes aqui na escola é a iluminação externa, porque ela resolveria um bocado de problema que a gente já tem. (D.S.S., 2001).

Os alunos do noturno consideram também que um dos grandes problemas da escola é a ausência de iluminação na parte externa. Mostrando descontentamento, eles falam:

Lamentavelmente, fora da escola não tem iluminação. (M.S.L, masculino, 8º série noturno).

[...]

Deveria ter iluminação fora do colégio, porque quando saímos é uma escuridão enorme. Quase não enxergamos ninguém. (A.S.S, masculino, 7º série noturno).

No que diz respeito à vegetação, componente fundamental de uma educação formadora de valores e atitudes consoantes com a construção de uma sociedade sustentável, praticamente inexistente. No espaço existente entre as paredes externas das salas de aulas e o muro que circunda a escola, existe uma área livre, ocupada por algumas solitárias e maltratadas árvores, que se configura como um ocioso espaço, pela inexistência de contatos tanto por parte dos professores, como por parte dos alunos. Essa situação é destacada pela professora de Ciências, quando diz:

A falta de vegetação na escola dificulta o nosso trabalho. Além de tornar o ambiente mais agradável, uma área de vegetação poderia funcionar como um laboratório vivo, onde os alunos poderiam realizar observações, experimentos e desenvolver o gosto pela natureza. Uma área verde ainda poderia ser aproveitada para a realização de uma horta comunitária, a qual, além de



favorecer aos estudos científicos, iria contribuir no enriquecimento nutritivo da merenda escolar. (N.C., 2001).

As múltiplas limitações existentes no ambiente escolar, no que diz respeito aos aspectos arquitetônicos, são sintetizadas respectivamente pela professora de História e pelo Diretor da escola, que afirmam:

Quando se constrói uma escola, não se pensa no ambiente escolar. As salas são pequenas, existem muitos alunos e o pátio é indevido. No caso do ginásio, que é onde eu trabalho, a quantidade de alunos no pátio é enorme. Os meninos se batem o tempo todo no intervalo, porque não tem uma área de lazer. A iluminação é precária, a ventilação é horrível, a sala dos professores é apertada e a telha contribui muito para o aumento do aquecimento. E aí, em virtude disso, os alunos ficam super agitados e a gente também, o que dificulta o desenvolvimento das atividades. Na verdade, a gente não tem um espaço adequado na escola. (T.C.R.S., 2001).

[...]

Boa parte do aluno, principalmente o aluno do noturno, a gente sente uma certa angústia, uma certa tortura em ele permanecer na escola. Ele fica ansioso pra ir para a casa. Pra ele, a televisão é mais interessante, outras atividades são mais interessantes, porque nossas escolas não estão sendo suficientemente agradáveis para os nossos alunos. (R.P.S., 2001).

No que se refere aos artefatos pedagógicos, necessários à implementação de um processo educativo capaz de contribuir com a formação de sujeitos comprometidos com o exercício da cidadania plena, a Escola Municipal de 1º Grau da Urbis VI apresenta grandes carências. Uma Biblioteca, algo fundamental para o processo ensino-aprendizagem, inexistente na escola. Acerca dessa grande lacuna, a professora de Educação Artística expressa sua opinião: “Nós não temos uma biblioteca na escola, temos um armazém onde se guarda caixas, álcool, matrizes, livros velhos e revistas velhas.” (I.G.B., 2001).

Especialmente a área de Ciências Naturais requer laboratórios equipados nos quais os alunos possam vivenciar experiências efetivas que superem a perspectiva de apreensão do conhecimento através da pura abstração das aulas expositivas. No entanto, somada a outras carências, nesse



espaço escolar não existe nenhum laboratório. Conforme nos informa a professora de Ciências:

A falta de um laboratório na escola causa muitos transtornos no ensino de Ciências. Dificulta a aprendizagem, uma vez que o aluno fica impossibilitado de realizar atividades científicas. Sem a realização de experimentos e demonstrações, o ensino de Ciências fica muito distante da realidade, pois o aluno limita a compreensão de conceitos, não participando da sua construção. (R.S.R., 2001).

O cuidado com o corpo, em sua plenitude, é vital à construção de uma educação capaz de possibilitar a expressão da inteireza do ser humano. Daí porque atividades cênicas, lúdicas e desportivas devem compor o cotidiano do fazer educação nos ambientes escolares. No entanto, a compressão dos espaços, na Escola Municipal de 1º Grau da Urbis VI, age como bloqueador da expressão da corporeidade de educandos e educadores. Além de não dispor de espaços propícios às apresentações teatrais e às atividades lúdicas, visto que até mesmo o pátio é inapropriado, a escola não possui uma quadra poliesportiva capaz de atender aos desejos de movimento dos seus alunos. Como afirma o professor de Educação Física: “Nós não temos a nossa quadra própria para trabalhar, por isso utilizamos a quadra situada na praça que é da comunidade. Além de outros problemas, esta quadra nem sempre está disponível para as atividades da escola.” (W.L.G.S., 2001).

Coerentes com as perspectivas projetadas pela modernidade tecnocientífica, os parâmetros curriculares nacionais do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) concebem as tecnologias da comunicação como fator importante para aprendizagem. Elaborados por especialistas, que não vivenciam o cotidiano das escolas públicas espalhadas em todo o território nacional, os parâmetros fazem uma constatação acerca dessas tecnologias:

O maior problema não diz respeito à falta de acesso a informação ou às próprias tecnologias que permitem o acesso, e sim à pouca capacidade crítica e procedimental para lidar com a variedade e quantidade de informações e recursos tecnológicos. (BRASIL. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998, p. 139).



Entretanto, esta situação não encontra correspondência na realidade da Escola Municipal de 1º Grau da Urbis VI, dada à existência de uma situação completamente distinta daquela descrita pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Ainda que, ao entrarem no colégio, professores, alunos, servidores e visitantes vejam como uma das primeiras imagens a presença de um símbolo dessas tecnologias, que é a antena parabólica, o que se verifica naquele estabelecimento escolar é a completa ausência dos recursos tecnológicos julgados importantes ao processo educativo. No ambiente da escola não existe sequer um computador e o único telefone existente é o telefone público que fica localizado no pátio da escola. Os servidores da secretaria dispõem apenas de uma antiga máquina de datilografia para a execução de suas atividades administrativas. Professores e alunos dispõem apenas de um retroprojetor e de um mimeógrafo para utilização nas atividades de ensino. Além disso, o videocassete e a televisão existentes não cumprem satisfatoriamente a função para o qual foram destinados, em razão de estarem localizados em espaços inadequados à exibição de vídeos educativos. Expressando o seu descontentamento frente à situação, a professora de Educação Artística diz:

202

Temos um vídeo que fica dentro de uma sala de aula. Quando a gente precisa usar o vídeo, a gente tem que deslocar todos os alunos pra uma outra sala. Isso acaba gerando transtorno, porque você tem uma aula de 50 minutos e acaba gastando 10 a 15 minutos para fazer esse deslocamento. (I.G.B., 2001).

Assim, convivendo com espaços comprimidos e possuindo como principais artefatos pedagógicos o quadro negro, o giz e os livros didáticos distribuídos pelo Governo Federal, professores e alunos buscam implementar, da melhor maneira possível, o processo ensino-aprendizagem naquela escola.

## **Tempo, trabalho e sociabilidade: racionalização no ambiente escolar**

Na Escola Municipal de 1º Grau da Urbis VI a racionalização do processo educativo é refletida no controle do tempo, na precisão dos encon-



tros, na seqüenciação das atividades, na previsão dos resultados e no mito do progresso, que contribuem na consolidação de uma sociabilidade inibidora da espontaneidade e da criatividade dos educandos e educadores. Ao abordar acerca da relação dos educadores e educandos com o tempo, naquele ambiente escolar, torna-se imprescindível refletir sobre as relações estabelecidas pelos seres humanos com o tempo ao longo da história.

Na Europa Ocidental, antes do advento das práticas econômico-sociais de tipo capitalista, a relação dos seres humanos com o tempo diferiu radicalmente da relação predominante na modernidade. Nas sociedades camponesas do mundo medieval, por não existirem separações entre o trabalho e a vida, não havia a rigidez no controle do tempo que caracteriza a época atual. O camponês, como nos informa o historiador Jacques Le Goff (1993), em seu clássico estudo sobre o tempo, o trabalho e a cultura no ocidente medieval, estava submetido primeiramente ao tempo meteorológico, aos ciclos das estações e aos cataclismos naturais. Nessas sociedades, nas quais predominava uma ética essencialmente religiosa, além da relação com a dimensão temporal estar ligada aos ritmos da natureza, a igreja propagava que o tempo pertencia a Deus. Essa instituição, que pretendia ter um caráter universalista, buscava exercer o controle sobre o tempo das pessoas, estabelecendo ritmos fundamentados nas atividades religiosas, nas quais os sinos apareciam como um dos instrumentos emblemáticos.

Conforme esclarece o historiador Jacques Le Goff, diferentemente das sociedades surgidas no continente europeu após o processo de desagregação do mundo feudal, nas quais as relações entre tempo, trabalho e vida passaram a ser profundamente controladas, nas sociedades camponesas do medievo:

O tempo do trabalho é o tempo de uma economia ainda dominada pelos ritmos agrários, sem pressas, sem preocupações de exactidão, sem inquietações de produtividade — e o de uma sociedade à sua imagem, sóbria e pudica, sem grandes apetites, pouco exigente, pouco capaz de esforços quantitativos. (LE GOFF, 1993, p. 63).

Com as transformações socioeconômicas anunciadoras de alterações na ordem feudal, ocorridas a partir do século XII, que resultaram no surgimento de novos segmentos sociais distintos do clero, dos senhores feudais



e dos servos, como eram os mercadores, a relação dos seres humanos com a temporalidade sofreu significativas mudanças. A partir daquele momento histórico, ao ser ampliado o processo de monetarização nas sociedades européias, a nascente ética capitalista impunha a necessidade da mensuração do tempo, dado que o seu controle passou a significar possibilidade de obtenção de riqueza e poder.

Difundido na Europa Ocidental, a partir do século XIV, o relógio viria se constituir no símbolo maior da nova relação dos seres humanos com o tempo. Na medida em que as práticas capitalistas expandiram-se com o processo de industrialização, foi forjada a concepção de que tempo é dinheiro e que, sendo dinheiro, não podia ser desperdiçado. Sendo concebido como algo mensurável e considerada a existência do seu valor monetário, na modernidade, o cultivo do tempo livre passou a ser visto como obstáculo ao pleno desenvolvimento das práticas econômicas. Paralelamente à expansão das atividades industriais, e dadas às exigências de assimilação e propagação de comportamentos que estivessem de acordo com o capitalismo triunfante no século XIX, a escola difundiu-se primando também pela regulação do tempo. Enquanto o espaço fabril se configurava como local destinado à produção de bens materiais, a escola, através do rígido controle do tempo, objetivava a propagação de um saber previamente definido.

No tempo presente, conforme constatação da realidade observada no turno vespertino da Escola Municipal de 1º Grau da Urbis VI, o controle do tempo e a racionalização evidenciam a fragmentação do saber e do ser e a lógica quantificadora, ainda presente na educação. Vejamos: Por volta das 12h 50min os alunos começam a chegar na escola. Deparando com o portão fechado eles esperam, em frente ao mesmo, o momento da abertura para entrarem. Quase sempre estão expostos ao sol, ao frio ou à chuva. Às 13h, aberto o portão, os alunos adentram no ambiente escolar. Uns correm depressa, outros deslocam-se compassadamente. Nesse mesmo horário o sino toca, ordenando aos alunos que eles entrem nas suas salas. Boa parte deles não atende ao chamado do sino e espera a entrada dos professores para entrarem juntos na sala de aula. Entre 13h e 13h 10min, os professores entram na sala de aula e começam mais uma jornada. A cada 50 minutos sai um professor, responsável por uma disciplina e entra outro, que aborda o assunto de outra disciplina diferente. Esse ritual é interrompido no momento do intervalo, às 15h 30min, quando o sino toca anunciando o recreio de 20



minutos. Nesse momento, os alunos saem das suas salas, deslocam-se para o pátio e aproximam da área da cozinha onde, em fila, receberão a merenda escolar. Desconfortavelmente, alimentam-se em pé, dada a ausência de um espaço adequado à refeição. Após o breve tempo de intervalo, os alunos, obedecendo mais uma vez ao sino, voltam para a sala de aula onde completam a jornada diária de estudo na escola. Às 17h 30min, ao tocar o sino o portão se abre, para que os alunos saiam do ambiente escolar, retornando às suas casas.

Na Escola Municipal de 1º Grau da Urbis VI, segundo sua própria secretaria, existem 33 professores efetivos e 15 servidores. Assim como os alunos, os professores estão submetidos ao rígido controle do tempo no cotidiano escolar. No entanto, aos professores são reservadas particularidades. Em razão da irrisória remuneração percebida, os professores convivem com exaustivas jornadas de trabalho. Vinte professores têm uma carga horária de 20 horas na escola, possuindo ainda outros vínculos, na própria rede municipal, ou em escolas da rede particular ou da rede estadual de ensino. Cinco professores têm uma carga horária de 40 horas semanais na escola, que se soma à outra carga horária num outro trabalho. Oito professores trabalham apenas na escola, tendo o vínculo de 40 horas semanais. Convivendo com uma realidade recortada pela constante falta de tempo, as professoras de Português e Geografia demonstram o descontentamento:

Nós últimos anos, a carga horária do professor sofreu uma enorme alteração, pois devido aos baixos salários este se viu obrigado a dobrar suas horas na sala de aula, assumindo 40 e até 60 horas por semana, sobrecarregando assim seu tempo. A consequência dessa dura jornada semanal é a falta de tempo livre para que o professor descanse, estude, leia se aperfeiçoe e até mesmo prepare suas aulas de forma mais criativa, atual e dinâmica. O que observamos no dia a dia é preocupante, já que os profissionais de educação estão cada vez mais cansados, estressados e até mesmo doentes. (S.M.S.P., 2001).

[...]

A gente vive numa verdadeira escravidão! No momento que você trabalha sessenta horas, seu final de semana você tem pra corrigir prova ou elaborar prova, você não deixa nenhum espaço pra o lazer, não tem como. (V.F.M., 2001).



Mantidas as significativas diferenças entre alunos e professores, nesse ambiente escolar, evidencia-se uma relação compartilhada com o tempo, quando na convivência todos são submetidos à precisão nos encontros, à seqüenciação das atividades, à previsão e ao sentido do progresso, que transformam o tempo na medida do valor do conhecimento.

A precisão dos encontros conforma a base da organização da jornada, na Escola Municipal de 1º Grau da Urbis VI, porque o dia-a-dia daquele ambiente é preenchido por uma rígida compartimentação do tempo. Essa situação existente na escola confirma o entendimento explicitado pelo sociólogo espanhol Mariano Enguita que, ao explicitar o entendimento de que a atividade escolar transcorre entre limites de tempos fixados com exatidão, destaca:

Há um momento para cada atividade e uma atividade para cada momento e eles não devem ser confundidos: não se deve abrir o livro enquanto o professor expõe, nem fixar a atenção neste durante o tempo determinado de estudo, nem se pode tentar divertir-se ou comer lanche fora das horas de recreio, mesmo que essas atividades não interfiram de fato com o desenvolvimento das previstas. (ENGUITA, 1989, p. 177).

206

Acompanhada da negação da espontaneidade, essa precisão nos encontros ocorre rotineiramente naquela escola. Tanto é assim que, nos momentos nos quais, algum professor deixa de comparecer à escola por razões alheias a sua vontade, como são as ausências motivadas por problemas de saúde, é gerado no interior da escola um “verdadeiro caos”, em razão da quebra da ordem fundada na precisão dos encontros. Como descreve o diretor da escola:

Existindo uma turma com aula vaga, o barulho causado pelos alunos fica preso no pátio, atrapalhando muito os professores que estão nas outras aulas. Enquanto existe uma turma em aula vaga, existe outra em atividade e como nós não temos professores auxiliares, professores que possam substituir outro professor enquanto ele falta, inevitavelmente os meninos têm que ficar no pátio. A não ser que a aula possa ser adiantada por outro professor, ou que uma atividade possa ser aplicada de maneira simultânea por um professor nas duas turmas. (R.P.S., 2001).



A seqüenciação das atividades manifesta-se com muita clareza nessa escola, através da organização em séries, que é historicamente justificada como uma necessidade pedagógica para a aquisição do saber. A previsão é um outro componente da relação estabelecida entre os educadores e os educandos na Escola Municipal de 1º Grau da Urbis VI. Naquele ambiente, os professores elaboram planos anuais e de unidades, nos quais são estabelecidos, *a priori*, os resultados esperados dos alunos ao final de cada ano letivo. Já os alunos incorporam a noção de previsão como um fundamento importante, por acreditarem que a aquisição de um conhecimento, previamente estabelecido, pode contribuir na obtenção de uma boa posição social. Soma-se a isso a incorporação, por parte da escola, da noção de progresso, que aparece como algo cumulativo e se expressa nos anos de escolaridade, nas matérias cursadas e nos títulos existentes. Como esclarece Mariano Enguita ao abordar as relações existentes entre a educação e o trabalho no capitalismo:

Não é difícil associar à escola a convicção de que qualquer futuro será melhor: frente ao cinza do presente escolar, o futuro de trabalho pode parecer pintado com todas as cores do arco-íris; e mesmo que se o anteveja cinza, pelo menos será remunerado. (ENGUIITA, 1989, p. 179).

207

A crença no progresso, projetado através da escolarização, tem correspondência direta na realidade da Escola Municipal de 1º Grau da Urbis VI. Confiantes na possibilidade de garantia de um futuro promissor, através da escolarização, os alunos assim se expressam:

Crianças, jovens e adultos tem que aprender para no futuro terem um trabalho digno e honesto. (A.V.S., feminino, 5ª série vespertino).

[...]

Estudando, eu terei uma profissão no futuro e um trabalho garantido. (K.P.M., feminino, 7ª série matutino).

[...]

A escola ensina a gente as coisas essenciais para entrar no mercado de trabalho. (W.S.S., masculino, 6ª série vespertino).

[...]



É importante vir para a escola para termos um futuro melhor, porque no Brasil é muito difícil conseguir um bom emprego sem um bom estudo. (A.S.S., masculino, 7ª série noturno).

Ainda que a arquitetura escolar e os artefatos pedagógicos caracterizem-se pela existência de espaços comprimidos e por múltiplas carências e a racionalização manifeste seu vigor, através da relação existente entre o tempo, o trabalho e a sociabilidade, na Escola Municipal de 1º Grau da Urbis VI existem indícios que apontam para a possibilidade de construção de um saudável ambiente escolar.

## Uma utopia possível: a construção de um saudável ambiente escolar

A escola é a instituição com a qual a maioria das crianças, adolescentes e jovens convive durante boa parte de suas vidas. Como afirma Mariano Enguita (1989, p. 158), “[...] é nela onde crianças e jovens fazem a primeira experiência do trato regular com estranhos, do trato com outras pessoas fora dos laços de parentesco ou da comunidade imediata”. Assim sendo, e dada a inexistência de possibilidades de instauração imediata do processo de *desescolarização*, como propõe Ivan Illich (1973), é imprescindível que a escola venha a se configurar como um saudável ambiente, propagador de valores que potencializem a busca da cidadania plena, visto que a própria realidade escolar revela indícios que apontam ser esta uma utopia possível.

De acordo com Laurentino Heras Montoya (1997), o ambiente escolar deve favorecer a conexão entre a aprendizagem intelectual e a educação da pessoa, com o atendimento das múltiplas necessidades dos alunos: necessidades fisiológicas, necessidades afetivas, necessidades de movimento, jogo, diversão, socialização, expressão, conhecimento interior, criação e imaginação. No que diz respeito à arquitetura, o ambiente escolar precisa experimentar profundas transformações para que venha a ser um espaço de plena expressão do educando, dado que o meio físico fala, emitindo mensagens explícita ou implicitamente. É imprescindível que na escola existam biblioteca, sala de vídeo, quadra poliesportiva e espaço para atividades lúdicas e cênicas. Além disso, os edifícios escolares precisam ser projetados



como espaços de convivência asseguradores da inclusão de pessoas com necessidades especiais. Urge, também, a superação da ditadura da linha reta com o florescimento da diversidade de formas que contribuam para a transformação do ambiente escolar num lugar prazeroso.

É preciso que a escola tenha adequação no tamanho, seja construída em lugares de fácil acesso e no seu interior haja verdadeira harmonia de cores. Os espaços da escola devem ser espaços flexíveis, capazes de servirem a múltiplos propósitos. Como diz Montoya (1997), uma sala deve servir para reunir alunos e alunas, para projeção de vídeos, para apresentar um espetáculo e para exposição de trabalhos diversos, pois o espaço deve atender às exigências de cada dia e de cada circunstância.

Manifestando esperança nas transformações necessárias ao ambiente escolar, a professora de Geografia, da Escola Municipal de 1º Grau da Urbis VI, expressa sua vontade de trabalhar numa escola aberta:

Eu acho que a escola devia ser um espaço aberto, onde o aluno não se sentisse preso, onde não tivesse um portão com correntes. Que o aluno entrasse e saísse a hora que quisesse. Deveria ter algo mais que chamasse a atenção do aluno, que o motivasse pra vir pra escola, para quando eles tivessem que embora mais cedo eles não comemorassem como eles comemoram hoje. (V.F.M., 2001).

209

Sobre o tamanho da escola e a relação com o número de alunos existentes na sala de aula, professores e alunos partilham o mesmo entendimento. Ambos acreditam que espaços maiores e salas com número menor de alunos fariam da escola um ambiente melhor. Assim afirma uma aluna: “Eu acho que uma escola maior tornaria bem mais agradável.” (E.V.S., feminino, 6ª série matutino).

Já a professora de Matemática, concebendo o aluno com um ser singular e preocupada com o processo ensino-aprendizagem, assim se expressa: “Quanto menor o número de alunos, melhor o trabalho que você vai fazer, que poderá ser individualizado.” (D.S.S., 2001).

No que se refere aos aspectos arquitetônicos e aos artefatos pedagógicos, uma aluna sintetiza como seria uma escola ideal, segundo sua compreensão:



A escola dos meus sonhos teria um laboratório, uma sala de computação, uma biblioteca, uma quadra, uma linda cantina, ótimas salas, sala de vídeo, cadeiras confortáveis, um armário para cada aluno, área verde, uma piscina para aulas de natação ou jogos de pólo aquático e uma sala só para aula de xadrez. Também deveria ter aulas de latim, alemão, espanhol, francês, italiano e outras línguas. Com isso não estou querendo dizer que estou insatisfeita com a minha escola, mas sonhar não paga nada a ninguém. (R.S.S., feminino, 7ª série matutino).

Em relação ao controle do tempo nos espaços escolares, a rigidez hoje existente deveria ser superada através da implementação de relações mais flexíveis. Para tanto, além do resgate da valorização dos educadores, materializada no estabelecimento de políticas públicas garantidoras de remuneração digna e de adequadas condições de trabalho, é indispensável que haja a negação da idéia de que o saber pode ser realmente quantificado.

Por desejar que a carga horária de trabalho possa ser alterada, para que os professores disponham de maior tempo livre em suas vidas, as professoras de Inglês e de Português expressam suas compreensões:

210

Quanto à jornada de trabalho, eu acharia que o professor deveria trabalhar vinte horas e ter uma carga horária de vinte horas pra realizar outras atividades. (L.A.P., 2001).

[...]

A jornada ideal para o professor, sem dúvida, é aquela que proporcione ao seu trabalho um tempo dedicado ao estudo, à pesquisa, à experimentação, à leitura, a interação com o seu aluno, com suas perspectivas, pois só assim ele poderá interagir com seus alunos, com seu ambiente de trabalho, com a comunidade de forma efetiva. (S.M.S.P., 2001).

Assim, no momento em que a escola se abre para que o controle do tempo possa ser questionado, ela estará contribuindo de forma decisiva no processo de construção de uma nova sociabilidade, substancialmente distinta da sociabilidade prometida pela racionalidade moderna. Pois, conforme salienta Edward Paul Thompson ao refletir sobre o tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial:



Se a noção de tempo útil se tornar menos compulsiva, os homens terão de voltar a aprender algo da arte de viver que perderam com a revolução industrial: o modo de preencher os interstícios dos seus dias com relações mais ricas, mais repousantes; o modo de quebrar uma vez mais as barreiras entre o trabalho e a vida pessoal. (THOMPSON, 1991, p. 82).

Na construção de uma sociabilidade distinta da sociabilidade projetada pela modernidade capitalista, a concorrência e o individualismo precisam ser superados. A solidariedade aparece, então, com um valor fundamental a ser cultivado. Ainda que na Escola Municipal de 1º Grau da Urbis VI os espaços comprimidos, o tempo cronometrado rigidamente, dentre outros fatores, contribuam sobremaneira para a perpetuação de uma sociabilidade inibidora da expansão das infinitas potencialidades do ser humano, existem indícios que demonstram ser possível à consolidação de relações baseadas no princípio da solidariedade. Isso se comprova na observação do relacionamento existente entre professores e alunos. Resistindo à competição largamente propagandeada no mundo globalizado, os professores consideram ser a cooperação uma dimensão vital à convivência humana. Mesmo com as inúmeras dificuldades existentes no cotidiano escolar, as professoras de Matemática e de História expressam a satisfação de integrarem o corpo docente daquela escola, dizendo:

Eu gosto de trabalhar aqui, principalmente pelos colegas que a gente tem, porque a gente não tem aqui a competitividade que acontece em algumas escolas. Nós formamos uma equipe em prol da educação, do aluno. Tudo que a gente faz, a gente faz em equipe. (D.S.S., 2001).

[...]

O nosso cotidiano é marcado por laços de união, amizade e companheirismo, como também por momentos de importantes discussões políticas e pedagógicas. (M.C.R.A., 2001).

Os alunos confirmam a opinião da professora, expressando a satisfação com a convivência existente na escola:

Eu me dou super bem com os meus colegas. (F.A.S.S., feminino, 5º série vespertino).



[...]

Acho bem legal a minha relação com os colegas, porque sou amiga de muitas pessoas aqui na escola. Eu acho muito importante ter um bom relacionamento com pessoas que convivo, mais ou menos, cinco horas por dia. (P.M., feminino, 7ª série matutino).

[...]

A relação com os professores é ótima, muito construtiva. (L.J.S., masculino, 5ª série noturno).

[...]

Alguns professores a turma ama demais, outros a turma não se dá bem. Mas há respeito de ambas as partes. (M.S.L., masculino, 8ª série noturno).

[...]

Eu acho que a relação com os professores é muito boa. Não tenho do que reclamar. (W.R.P., masculino, 5ª série noturno).

## Considerações finais

Inserido num processo educativo fundamentado, ainda, na padronização, na busca da eficácia, na disciplinarização e na fragmentação do ser saber, o ambiente da Escola Municipal de 1º Grau da Urbis VI é tradutor de uma “forma silenciosa de ensino” não consoante com uma educação potencializadora da inteireza dos seres humanos. Entretanto, mesmo preenchida pela compressão dos espaços, pelo desconforto térmico e acústico e por uma estética pouco aprazível, na própria realidade vivenciada na Escola Municipal de 1º Grau da Urbis VI são encontradas idéias e práticas, alicerçadas na amizade e na solidariedade, anunciadoras da possibilidade de gestação de um saudável ambiente escolar, sintonizado com a construção de uma sociedade democrática, sustentável e solidária.

Enfim, afirmando a impossibilidade de generalização dos resultados desse trabalho para além da realidade pesquisada, fica a sugestão do surgimento de novas pesquisas acerca dessa dimensão tão importante para a educação, mas ainda tão ausente em nossas reflexões pedagógicas, que é o currículo oculto.



## Referências

- A.M.L. **Entrevista**. Vitória da Conquista, 18 abr. 2001.
- BRASIL. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (1º a 4º Série). **Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais** — Secretaria de Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. (v. 1).
- D.S.S. **Entrevista**. Vitória da Conquista, 4 abr. 2001.
- ENGUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola** — educação e trabalho no capitalismo. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre (RS): Artes Médicas, 1989.
- ESCOLANO, Agustín; FRAGO, Antonio Viñao. **Currículo, espaço e subjetividade** — a arquitetura como programa. Tradução Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- I.G.B. **Entrevista**. Vitória da Conquista, 11 abr. 2001.
- ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas**. Tradução Lúcia Matilde Endrich Orth. Petrópolis (RJ): Vozes, 1973.
- L. A. P. **Entrevista**. Vitória da Conquista, 4 abr. 2001.
- LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média** — tempo, trabalho e cultura no ocidente. Lisboa: Estampa, 1993.
- M.C.R.A. **Entrevista**. Vitória da Conquista, 3 de maio. 2001.
- MONTOYA, Laurentino Heras. **Comprender el espacio educativo**. Málaga, Espanha: Aljibe, 1997.
- N.C. **Entrevista**. Vitória da Conquista, 11 abr. 2001.
- R.S.R. **Entrevista**. Vitória da Conquista, 25 abr. 2001.
- R.P.S. **Entrevista**. Vitória da Conquista, 18 abr. 2001.
- SACRISTÁN, José Gimeno. **Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Tradução Ernani Ferreira da Fonseca Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- S.M.S.P. **Entrevista**. Vitória da Conquista, 16 maio. 2001
- T.C.R.S. **Entrevista**. Vitória da Conquista, 22 maio 2001.
- THOMPSON, Edward Paul. O tempo, a disciplina do trabalho e capitalismo industrial. In: SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. (Org.). **Trabalho, educação e prática social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

V. F.M. **Entrevista**. Vitória da Conquista, 9 maio. 2001.

W.L.G.S. **Entrevista**. Vitória da Conquista, 4 abr, 2001.

Prof. Carlos Alberto Pereira Silva  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Departamento de História  
Coordenador da Rede de Estudos da Complexidade da UESB  
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN  
E-mail | [caca@uesb.br](mailto:caca@uesb.br)

Recebido 26 set. 2006

Aceito 04 dez. 2006